

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 040/2021

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Nelson Chagas** torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º **123**, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à **contratação de empresa para o fornecimento de sistema de telemedição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, "planos" para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A e B para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL.**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Procedimento Licitatório será realizado em **sessão pública**, no **modo de disputa aberto**, por **meio de videoconferência**.

1.2 A sessão pública por videoconferência será realizada **através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento**, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

1.3 - Os convites serão encaminhados na data de **30 de julho de 2021** às 08h50min, **através do e-mail cadastrado**, considerando a abertura da Sessão às 09:00 horas do dia 30/07/2021.

1.4 - Os documentos de habilitação dos vencedores serão digitalizados e encaminhados aos demais participantes para conferência da documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação devendo manifestar-se se houver intenção de recurso durante a sessão virtual;

1.5 - Por fim, todos os participantes confirmarão por e-mail que foi oportunizada a conferência dos documentos dos vencedores, bem como deixam de assinar todas as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação;

1.6 - Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico da COCEL (http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos_e_convênios).

1.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observado o interesse da COCEL, a finalidade e a segurança da contratação.

1.8 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da COCEL, denominado **Agente de Licitação**, designado mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

1.9 O **valor estimado** do contrato a ser celebrado será **sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

1.10 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

1.11 Na hipótese de alteração do presente edital, será enviada comunicação a todas as empresas que retiraram o instrumento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), bem como, divulgado no site da COCEL.

1.12 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.13 Declarada a abertura da Sessão de Disputa de Preços pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes.

1.14 Limite para protocolar os envelopes de CREDENCIAMENTO, de PROPOSTA e de HABILITAÇÃO: até dia **29/07/2021** às **17h00min**, todos os interessados em participar do certame deverão protocolar os citados envelopes, na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL.

1.15 Abertura das Propostas: 09:00 horas do dia 30/07/2021.

2. DO EDITAL

2.1 O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente, no "site" www.cocel.com.br, no "link" licitações.

2.2 Constitui obrigação do proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este edital.

3. DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Início da Sessão de Disputa de Preços: **30/07/2021.**

HORA: **09:00 horas**

LOCAL: Sala de Reunião da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL

Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR

LICITAÇÃO nº 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa para o fornecimento de sistema de telemedição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, “planos” para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A e B para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL.**, para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme indicado no Anexo I e Anexo II deste Edital.

4.2 Os recursos destinados a esta **Licitação** estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2021.

Item orçamentário	Conta Contábil
21223	1232.3.03.10.000.2530

5. DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 Os bens descritos no Anexo I e II do Edital deverão ser entregues em nossa **sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, n.º 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 7:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, com descarga, sendo frete CIF, conforme solicitação da COCEL.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

6.2 Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.3 Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

6.4 Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

6.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

6.6 Quando o representante participar em diversos lotes e com empresas distintas, o mesmo deverá apresentar no credenciamento documento específico para participação, referenciando os lotes que cada empresa participará.

6.7 Conforme determina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

- I** - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;
- II** - suspensão pela COCEL;
- III** - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV** - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V** - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI** - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII** - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII** - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

6.8 Aplica-se a vedação prevista no item 6.7:

- I** - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II** - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a)** diretor da COCEL;
 - b)** empregado da COCEL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c)** Prefeito Municipal de Campo Largo/PR.
- III** - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COCEL há menos de 6 (seis) meses.

7. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1 Conforme dispõe o artigo 47, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação, protocolando o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação**, no endereço sede da concessionária (Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR) ou através do email: licitacoes@cocel.com.br, devendo a COCEL julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis.

7.2 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.3 Compete à autoridade competente signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

7.4 Se a impugnação for julgada procedente, a COCEL deverá:

I – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

II – Na hipótese de defeitos sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes que retiraram o edital.

7.5 Se a impugnação for julgada improcedente, a COCEL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

7.6 As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexo, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1 O **credenciamento para representação** é o procedimento voltado à identificação dos Licitantes e de seus representantes legais, quando aqueles forem pessoas jurídicas, por meio da comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes aos mais variados procedimentos praticados pela COCEL, em especial para a formulação de ofertas verbais por videoconferência e prática dos demais atos do certame.

8.2 A sessão pública por videoconferência será realizada através do convite recebido no **e-mail cadastrado no credenciamento**, com a seguinte mensagem "*junte-se a mim agora em minha sala presencial*", devendo clicar em Entrar na reunião.

8.3 Para exercer o direito de ofertar lances, é obrigatória a participação da Licitante ou de seu representante, nas Sessões Públicas de videoconferência referentes à licitação.

8.4 A Licitante deverá encaminhar a documentação para credenciamento junto ao **Agente de Licitação (via CORREIOS ou PROTOCOLO NA SEDE DA COCEL)**, com apenas um Representante Legal ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, **será o único admitido a intervir no procedimento licitatório**, no interesse da representada.

8.5 Consideram-se aptos os documentos mencionados no artigo 2º da Lei nº 12.037/2009.

8.6 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

I - Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente deverá apresentar cópia do respectivo **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, ou Inscrição de Firma Individual – FI ou Registro de Empresário-RE, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de

todos os demais atos inerentes ao certame. **Obrigatória à apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

a) No caso de sociedade por ações, o documento referido deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

II - Se representante legal, deverá apresentar **instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento**, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, **com a firma(s) reconhecida(s)**, na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. **Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

8.7 Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, **a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**

8.8 As microempresas ou empresas de pequeno porte para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo.

8.9 Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO III)**, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento.

8.10 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope devidamente identificado "DO CREDENCIAMENTO", contendo os documentos indicados no item 8.6, bem como as Declarações (DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

8.11 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante na Sessão de Videoconferência, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame, contudo, a proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de Licitação.

9. DOS ENVELOPES

9.1 Os envelopes com o **"CREDENCIAMENTO" "PROPOSTA DE PREÇOS"** e **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, deverão ser entregues ao Agente de Licitação

da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item **1.14** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Data de abertura: 30/07/2021

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Data de abertura: 30/07/2021

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Data de abertura: 30/07/2021

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

E-mail para envio do link videoconferência:

10. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)

10.1 O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo V), observando-se as seguintes disposições:

a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;

b) Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total de cada item, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;

c) No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, ICMS substituição, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

d) Conter prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da referida proposta;

e) O preço é fixo e sem reajuste;

10.2 Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

10.3 Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

11.1 Do **envelope n.º 02 – “DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO”**, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

11.1.1 Para comprovação da **habilitação jurídica**:

I - Cédula de Identidade e prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física, no caso de licitante pessoa física;

II – Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III – Registro Comercial, no caso de empresa individual (Empresário);

IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sociedade Empresária), acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (Sociedade Simples), acompanhada de prova de diretoria em exercício;

VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

VII - Documentos (RG e CPF) dos sócios e administradores.

§1º A documentação requerida relativa à habilitação jurídica, salvo a exigida nos incisos I, II e III, pode ser substituída pela Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, para firmas individuais (Empresário) ou sociedades mercantis (Sociedade empresária), ou

Certidão em breve relatório expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas para Sociedades Civis.

§2º A documentação apresentada na fase do credenciamento, no subitem **7.6**, é dispensada da apresentação **em duplicidade** no envelope de documentação.

§3º O Objeto Social especificado nos documentos acima, determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela COCEL, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

11.1.2 Para comprovação da regularidade fiscal:

I – Prova de regularidade com o **INSS**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

II – Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e

III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado e o fornecimento realizado, de acordo com o objeto da presente licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, **acompanhado da Nota Fiscal ou Contrato.**

11.1.4 Para a comprovação da qualificação econômica e financeira:

I - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

II - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

§1º Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

I - As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;

II - As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na Imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

III - As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;

IV - As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;

V - Até 30 de julho, prorrogado em caráter excepcional, serão aceitas as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

VI - Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;

VII - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

§2º As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

§3º Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis.

§4º A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

VIII - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral** (LG), **Solvência Geral** (SG) e **Liquidez Corrente** (LC), **devendo os referidos índices apresentar valores maiores que um inteiro (>1)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

IX - O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da demonstração dos resultados calculados conforme os índices abaixo:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1.0 (um) apurado pelo quociente:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\bullet \text{ Liquidez Corrente (LC)} \\ \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta) apurado pelo quociente:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

✓ Os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

11.2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

11.2.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

11.2.2 Os documentos de habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo **Certificado de Registro Cadastral – CRC da COCEL**.

11.2.3 Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC).

11.2.4 As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet, sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores, mas sujeito a verificação da autenticidade pela rede de comunicação, perante o órgão emissor.

11.2.5 A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

11.2.6 Para os documentos sem prazo de validade, será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua expedição.

11.2.7 Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.2.8 As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, **serão consideradas inabilitadas**.

11.2.9 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Conforme dispõe o artigo 43 da LCP 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA DOS ENVELOPES

12.1 Declarada aberta a **Sessão de Videoconferência** pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos da Licitação.

12.2 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital, **sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.**

12.3 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Licitação.

12.4 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.5 Os documentos e propostas serão rubricados pelo Agente de Licitação e equipe de apoio, digitalizados e encaminhados aos demais participantes.

12.6 Em havendo necessidade de diligência, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão para analisar os documentos e as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e local a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

12.7 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO.

13.1 Considerando a adoção do modo de **disputa aberta**, as licitantes apresentarão **lances verbais públicos e sucessivos**, de forma individual, obedecendo à **sequência decrescente dos valores das propostas**, até a proclamação da vencedora.

13.2 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.3 É vedada a oferta de lance intermediário e ou com vistas ao empate.

13.4 Dada a palavra à Licitante, esta disporá de 05 (cinco) minutos para apresentar nova proposta.

13.5 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da Licitante da disputa de lances, e a manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

13.6 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Agente de Licitação, **as Licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances**.

13.7 Será dado o direito de preferência para **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06.

13.8 A Proponente não poderá desistir de lance já ofertado sujeitando-se às penalidades constantes neste Edital.

13.9 Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, **será promovida a verificação de sua efetividade**, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

13.10 A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

13.11 A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do item 13.9.

13.12 A eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, desde que sem alteração do preço global, não impede a habilitação, conforme prevê o art. 55 §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, o qual prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer

informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo e na forma do item 13.11.

14. DA NEGOCIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VENCEDORA

14.1 Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.**

14.2 A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

14.3 O Agente de Licitação poderá revelar nesta fase de negociação o valor do orçamento estimado.

14.4 Se depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

14.5 Sendo aceitável a proposta, será aberto o **Envelope nº 02** contendo a **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

14.6 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, **será declarada a Proponente vencedora do certame.**

14.7 A proponente vencedora deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado de vencedora do certame, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificada, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública de Licitação, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRAS
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

14.8 Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada na qual serão registradas ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação e pela equipe de apoio.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Declarada a vencedora do certame, o Agente de Licitação efetuará a adjudicação do objeto a vencedora.

15.2 Em havendo interposição de recurso, o ato de adjudicação deverá ser efetivado pelo Diretor Administrativo, na condição de autoridade competente.

15.3 Estando o processo licitatório regularmente formado e desenvolvido, o Diretor Administrativo irá homologá-lo.

15.4 A homologação do resultado implica a constituição de direito subjetivo líquido e certo relativo à celebração do contrato em favor do licitante adjudicatário, observados os termos e condições fixados no instrumento convocatório e em sua proposta ou lance.

16. DOS RECURSOS

16.1 O procedimento licitatório terá fase recursal única.

16.2 Os licitantes poderão apresentar recurso **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação**, o qual contemplará, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados na fase de julgamento das propostas de preço.

16.3 A intimação dos atos referidos no item anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

16.4 O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

16.5 Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar **contrarrrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

16.6 Os autos deste processo permanecerão franqueados aos interessados.

16.7 O recurso e as contrarrrazões serão dirigidos ao Agente de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

16.8 As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR., bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

16.9 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DO CONTRATO

17.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



17.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

17.3 Caso a empresa vencedora venha a desistir da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido no item 17.1, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no artigo 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL.

17.4 É facultado à COCEL, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II - revogar a licitação.

17.5 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

17.7 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 A Licitante que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.1 Serão consideradas condutas passíveis de aplicação de penalidades, ao proponente, dentre outras, se cabíveis:

- a) desistência da proposta ofertada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo COCEL – multa de 10% (dez por cento);
- b) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente – multa de 15% (quinze por cento);
- c) apresentar documento ou declaração falsa – 20% (vinte por cento);
- d) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação – 20% (vinte por cento);
- e) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo – 20% (vinte por cento); e
- f) interposição de recursos meramente procrastinatórios - Multa de 5% (cinco por cento).

18.2. As multas serão calculadas sobre o valor global da proposta.

18.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 40% (quarenta por cento), e não eximem a possibilidade da aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a COCEL, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19. DO PAGAMENTO, IMPOSTOS E DOS PRAZOS

19.1 Os itens, objeto da presente licitação, **deverão ser fornecidos no prazo de até 90 (noventa dias)** dias.

19.2 As remotas serão disponibilizadas e ativadas de forma parcial, conforme quantidade de equipamentos solicitados pela COCEL, conforme cronograma indicado no Termo de Referência e Contrato Estatal.

19.3 O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será realizado em três parcelas proporcionais a quantidade de remotas adquiridas e ativadas, a serem pagas no prazo de **05 (cinco) dias úteis da data da ativação e apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL.**

19.4 O pagamento pelo Suporte Técnico, Operação, manutenção e atualização do sistema será realizado mensalmente, a cada **30 (trinta) dias, da data da apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL** e proporcional à quantidade de remotas ativas.

19.5 Todos os custos com impostos, taxas, substituição tributária, fretes e demais despesas que porventura ocorra será de responsabilidade da empresa vencedora.

19.6 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

20. DO FRETE

20.1 O **Frete CIF** e o descarregamento dos materiais necessários para execução desse objeto serão por conta da empresa Contratada.

21. DA INDICAÇÃO DO AGENTE DE LICITAÇÃO

21.1 O **Agente de Licitação** responsável pela presente Licitação será a Sra. **Ana Laura Lagner**, designada pela Portaria n.º 010/2021, de 09/06/2021.

21.2 Na ausência do Agente de Licitação responsável, a presente Licitação será conduzida e julgada por um dos empregados públicos designados pela Portaria **n.º 010/2021**, de 09/06/2021.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

22.2 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.3 Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

22.4 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

22.5 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.6 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

22.7 É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

22.8 A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Licitação.

22.10 As normas que disciplinam esta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

22.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.12 Para as proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 49 do referido diploma legal.

22.13 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

22.14 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

22.15 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

22.16 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo - PR, para solução das questões oriundas do presente Edital.

22.17 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

23. DA PUBLICIDADE

23.1 O Aviso deste Edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados no site da COCEL – www.cocel.com.br.

24. DAS INFORMAÇÕES

24.1 Divisão de Logística e Compras – Sede da COCEL – Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo – PR, fone (41) 2169-2122 ou 2169-2114, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00; no site da COCEL – www.cocel.com.br; ou através do email: licitacoes@cocel.com.br

Campo Largo, 06 de julho de 2021.

NELSON CHAGAS
Diretor Administrativo

ANEXOS:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – ET.COCEL.407 – Especificação Técnica Sistema de Telemedicação;
- **Anexo III** – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- **Anexo IV** - Modelo de Procuração de representante legal para credenciamento;
- **Anexo V** - Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo VI** – Modelo para apresentação da Proposta;
- **Anexo VII** – Minuta do Contrato Estatal;

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 040/2021**, contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema de medição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, “planos” para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A, B e MERCADO LIVRE para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL.

Quantidade e Grupos:

Remotas e licença para consumidores Grupo A: 195

Remotas e licença para consumidores livres: 25

Remotas e licença para consumidores Grupo B: 200

Grupos	Quantidade	Prazo de Entrega
Remotas e licença para consumidores Grupo A	195	30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores livres	15	60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores Grupo B	100	60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores livres	10	90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores Grupo B	100	90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato

DO LOCAL DE ENTREGA: Os bens descritos no Anexo I e II do Edital deverão ser entregues em nossa **sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, n.º 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 7:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, com descarga, sendo frete CIF, conforme solicitação da COCEL.

PRAZO DE ENTREGA: Os itens, objeto da presente licitação, **deverão ser fornecidos no prazo de até 90 (noventa) dias.**

As remotas e Kits serão disponibilizadas e ativadas de forma parcial, conforme quantidade de equipamentos solicitados pela COCEL.

PRAZO DE PAGAMENTO:

- ✓ O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será realizado em três parcelas, proporcional a quantidade de remotas solicitadas e ativadas, a serem pagas no prazo de **05 (cinco) dias úteis da data da ativação e apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL.**
- ✓ O pagamento pelo Suporte Técnico, Operação, manutenção e atualização do sistema será realizado mensalmente, a cada **30 (trinta) dias, da data da apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL** e proporcional à quantidade de remotas ativas.

IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, ETC.: todos os custos com impostos, taxas, substituição tributária, fretes e demais despesas que porventura ocorram será de responsabilidade da empresa vencedora.

ANEXO II**ET.COCEL.407 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA SISTEMA DE TELEMEDIÇÃO.****Documentos Relacionados:**

1. NBR 14519 - Medidores eletrônicos de energia elétrica - Especificação;
2. NBR 14520 - Medidores eletrônicos de energia elétrica - Método de Ensaio;
3. NBR 14522 - Intercâmbio Informações Sistemas de Medição Energia Elétrica - Padronização;
4. Protocolo DLMS/COSEM
5. Módulo 1 do PRODIST – Introdução
6. Módulo 8 do PRODIST – Qualidade da Energia Elétrica;
7. Módulo 5 do PRODIST – Sistemas de Medição;
8. Resolução 414/2010 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Esta ET prevalecerá sobre o que conflitar com as normas supracitadas.

OBJETIVO

Estabelecer os requisitos que deverão ser atendidos para o fornecimento de sistema de medição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, “planos” para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A e B para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL.

CÓDIGO COCEL

XXXX - Remota para Telemedição de Medidores para faturamento e Índices de Qualidade de energia.

REQUISITOS GERAIS**1. Principais Características do Sistema**

- a. O sistema proposto para medição e supervisão à distância de medidores, deverá atender todo o complexo de infraestrutura, hardware, software e aplicativos de modo que seja possível conectar aos medidores instalados nas UCs. Além dos sistemas MDC (Meter Data Collection) e MDM (meter data

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Management), a solução deverá possibilitar comunicação ponto a ponto através de endereço IP/port para cada UC, de modo que a partir de um computador da rede (LAN_COCEL), seja possível conectar-se aos medidores em campo para coleta de dados e parametrização como se estivesse no local, a conexão ponto a ponto realizada através de IP/port deverá ser capaz de trafegar os dados do protocolo de comunicação sem sofrer gargalos ou limitações de tráfego.

- b. A empresa CONTRATADA deverá fornecer uma plataforma em que obrigatoriamente os softwares e hardwares deverão ser compatíveis entre si, visando o funcionamento em alta performance, que independente do meio de comunicação utilizado, (sendo eles GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE), realize o monitoramento da comunicação, leituras e parametrização em todas as marcas e modelos de medidores de energia elétrica disponíveis com protocolo de comunicação NBR14522 e DLMS/COSEM.
- c. A plataforma deverá fornecer em tempo real, alarmes de mau funcionamento, depurador de produtos para facilitar análise de informações enviadas e recebidas, gráficos de consumo de dados, geolocalização de cada equipamento, intensidade do nível do sinal, previsão de futuro referente a volume de dados trafegados com base de consumo atual, linha do tempo de informações por link de comunicação.
- d. O sistema deve estar preparado para processar dados de medidores desatualizados, tais como, medidores de apenas 3 canais, sem bidirecionalidade, sem página fiscal, etc.
- e. O sistema deverá possibilitar a busca do ponto de medição (obrigatoriamente) pelo número serial do medidor e opcionalmente pelo e nome do cliente, número da unidade consumidora.
- f. O sistema deverá permitir o gerenciamento automatizado de correção de horário dos medidores, via protocolo ABNT de micro ajuste, quando o medidor possuir erro de horário entre 1 minuto e 60 minutos, adiantado ou atrasado, ignorando o horário de verão, também deverá suportar agendamentos personalizados por minuto, hora, dia e mensal.
- g. O sistema deve possuir relatórios das configurações dos medidores, dos equipamentos, das leituras, dos relógios e de conectividade.
- h. A estrutura deverá ser hospedada na nuvem da CONTRATADA. A plataforma não deverá conter limite de acessos de usuários simultâneos.
- i. A CONTRATADA deverá prover de uma estrutura de suporte técnico do esclarecimento de dúvidas operacionais de todo o sistema (software e hardware). Todos os chamados/ligações devem ser registrados em uma

plataforma, possibilitando extrair relatórios e acompanhar as solicitações em aberto, para caso de sistema inoperante, a resposta deverá ser realizada no tempo máximo de 24 horas (considerando dias úteis).

2. Manuais

- a. Os manuais ou instruções técnicas e quaisquer documentos ou dados adicionais devem ser fornecidos no idioma português, contendo a descrição, funcionamento, manuseio, instalação, programação e manutenção. Os manuais e instruções devem ser apresentados preferencialmente em meio eletrônico.

3. Treinamento

- a. Os proponentes deverão fornecer treinamento para a instalação e operação do sistema e telemetrias na concessionária.

4. Licenças

- a. No fornecimento das telemetrias, deverá ser incluído todo e qualquer licenciamento de firmware e software necessário para a comunicação e gerenciamento dos dados pelo sistema.

REQUISITOS ESPECIFICOS

1. Aplicativo de Coleta de dados (remoto):

- a. O sistema deverá remotamente, coletar leituras e enviar comandos compatíveis com o protocolo de comunicação NBR 14522 da ABNT e DLMS/COSEM para os medidores eletrônicos de energia aplicada aos consumidores com tarifas do Grupo A e B para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia.
- b. O transporte dos dados deverá utilizar a infraestrutura da Internet nos pontos de medição, o acesso pode ser feito por modem celular (GPRS, 2G, 3G, 4G), rede ETHERNET ou SATÉLITE.
- c. Visualização de dados através da Internet. Capaz de processar até 3.000 pontos de medição ao mês, visando o faturamento de consumidores com tarifas horo-sazonal, tarifa branca, geração distribuída e consumidor livre.
- d. O aplicativo deverá ser adequado à operação ininterrupta, 24 horas por dia, todos os dias do ano a uma taxa de transferência de dados prevista de 20 Mb/mês, para cada unidade consumidora.
- e. Deve executar o agendamento da transmissão das telemetrias em intervalos diários, horários e em intervalos de 15 minutos.
- f. Deve permitir leitura dos dados de fechamento de fatura de um consumidor a qualquer momento, independentemente do agendamento da telemetria.
- g. Deve realizar leituras de saída de serial do usuário (SSU) no formato monodirecional ou estendida.

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



2. Aplicativo Gestão Medição (Faturamento/Qualidade)

- a. Visualização de dados de cada ponto, com as seguintes informações: Modo de apresentação (pulsos ou grandezas), total geral, total ponta direta, total ponta reversa, total fora de ponta direta, total fora ponta reversa, total reservado direta, total reservado reversa, demanda do último intervalo, demanda máxima de ponta, demanda máxima fora de ponta, demanda máxima reservado, demanda acumulada em ponta, demanda acumulada fora de ponta, demanda acumulada em reservado, UFER, DMCR, DMCR acumulado e energia reativa excedente total.
- b. Habilitado a efetuar os seguintes Comandos e Programações ao medidor: Leitura de Grandezas Instantâneas (ABNT 14), Reposição de Demanda (ABNT 20), Leitura dos Contadores da Memória de Massa Desde a Última Reposição de Demanda (ABNT 26), Leitura dos Contadores da Memória de Massa Anteriores à Última Reposição de Demanda (ABNT 27), Alteração da Data (ABNT 29), Alteração da Hora (ABNT 30), Feriados (ABNT 32), Reposição Automática de Demanda (ABNT 63), Horário de Verão (ABNT 64), Alteração das grandezas dos canais (ABNT 66), Leitura de Parâmetros de Medição (ABNT 80), Micro Ajuste de Horário (ABNT 98).
- c. Habilitado a efetuar os comandos de Leitura dos Contadores da Memória de Massa Desde a Última Reposição de Demanda (ABNT 26) e Leitura dos Contadores da Memória de Massa Anteriores à Última Reposição de Demanda (ABNT 27) para os primeiros 12 canais do medidor.
- d. Habilitado em efetuar comandos de leitura de dados para análise da qualidade de energia, deverá atender a resolução normativa nº 871 com modulo analisador de tensão para: coleta de indicadores de DRP e DRC semanais com data de início e fim das amostras, DRP e DRC mensais, Variação de Tensão de Curta Duração e Variação de Tensão de Longa Duração, grandezas elétricas, deverá permitir coleta e armazenamento de arquivos publico referente a qualidade de energia e exportação dados através de arquivos em formato (XML, xls e txt).
- e. Habilitado em efetuar comandos para corte/religa de unidade consumidora via integração com os sistemas da USEALL.
- f. O sistema deverá realizar o arquivamento das memórias de massa por um período mínimo de cinco (5) anos.
- g. Possibilidade de exportar arquivos para planilha eletrônica.
- h. Possibilidade de exportar arquivos em formato público.
- i. Visualização em tempo real de leituras coletadas pelo menos há 60 meses.

Arquivos anteriores devem ser passíveis de arquivamento pela COCEL.

3. Visualização Gráfica

- a. Os gráficos devem ser apresentados em grandeza real ou em pulsos, considerando dados de no mínimo 12 canais (energia ativa direta e reversa, reativa indutiva direta e reversa, reativa capacitiva direta e reversa, tensões (Va, Vb e Vc) e correntes (Ia, Ib e Ic)) e gráficos calculados de Fator de Potência e Reativo Excedente.
- b. Relatório dos índices de qualidade de energia DRP e DRC semanal e mensal.
- c. Os gráficos devem possibilitar telas nas seguintes periodicidades, diária graduada em 15 minutos, semanal, mensal e anual e ter possibilidade de exportar as tabelas que geraram os gráficos.
- d. A visualização gráfica e tabela da análise fasorial aplicáveis à medição a 02 e 03 elementos, delta e estrela, apresentando em tela, no mínimo, tensões, correntes, potências ativas, potências reativas e respectivos ângulos para cada uma das fases.
- e. Relatório com a visualização gráfica da análise fasorial, apresentando em apenas uma tela todas as UC's disponíveis.
- f. Relatório com data e hora do início e do retorno das últimas 20 faltas de energia.h
- g. Relatório das 16 últimas alterações aplicadas ao medidor.
- h. Relatório com a simulação de visualização de todas as grandezas do mostrador do medidor.

4. Alarmes para Proteção da Medição e Receita

- a. Uma vez programado, o Aplicativo deve apresentar de forma permanente, planilha de alarmes de violação programáveis pela COCEL, indicando o nome e número da UC, data e horário da violação.
- b. Os alarmes provenientes das Telemetria devem ser imediatamente apresentados tão logo sejam transmitidos.
- c. Relação de Alarmes do Sistema: Estes alarmes devem ser detectados pelo sistema na ocasião da leitura normal.
 - i. Tensão mínima: Atua com leitura de tensão abaixo de um valor programado.
 - ii. Tensão máxima: Atua com leitura de tensão acima de um valor programado.
 - iii. Desequilíbrio de Tensão: Atua com desequilíbrio de tensão acima do programado.
 - iv. Potência Ativa Negativa: Atua com leitura de potência ativa negativa em

qualquer uma das fases;

- v. Potência Ativa Reversa: Atua com leitura abaixo da potência ativa negativa programada em qualquer uma das fases;
 - vi. Corrente mínima: Atua com leitura de corrente abaixo de um valor programado.
 - vii. Corrente máxima: Atua com leitura de corrente acima de um valor programado.
 - viii. Desequilíbrio de Corrente: Atua com desequilíbrio de corrente acima do programado.
 - ix. Número de série do medidor observado é diferente do último conhecido (troca do medidor);
 - x. Desvio de relógio do medidor: Atua com desvio de relógio (atrasado ou adiantado) acima do programado;
 - xi. Ultrapassagem da Demanda Contratada: Atua com leitura de demanda acima de um valor programado;
 - xii. Bateria do medidor: Atua quando o medidor informa bateria RUIM;
 - xiii. Conectividade: Atua quando a conectividade diária do ponto de medição é menor que o valor programado;
- d. Características Gerais:
- i. O reconhecimento dos alarmes não é espontâneo. Deve ser realizado através de comando específico.
 - ii. Havendo necessidade de monitoração do ponto de medição, o sistema deverá possibilitar que as leituras sejam enviadas em intervalos de 15 minutos.
 - iii. Deve ser possível a segmentação da programação e visualização dos alarmes para uso simultâneo de diversos analistas em diferentes universos de consumidores.
 - iv. O sistema deve considerar a existência de medidores desatualizados que não permitirão todas as funcionalidades descritas.

5. Aplicativo Visualização do Cliente

- a. Através da habilitação do usuário e/ou de funções através de senhas o sistema deve permitir que as leituras dos medidores fossem realizadas na Internet através de um "browser" de mercado.
- b. Tela home com nome do cliente, da concessionária, tipo de tarifação, número de série do medidor, modelo do medidor, demanda contratada, consumos parciais da fatura atual com os montantes já registrados de consumos e demanda, histórico de demanda das últimas 24h e gráficos de barras das

energias ativas ponta e fora ponta e demandas ponta e fora ponta dos dados históricos das faturas.

- c. Visualização gráfica de Consumo Direto e Reverso, Demanda Direta e Reversa, Fator de Potência e Reativo Excedente.
- d. Exportar dados dos gráficos descritos acima em planilhas;
- e. Simulação antecipada do consumo em curso e histórico dos consumos já registrados.
- f. Acesso à memória de massa dos canais de energia, podendo visualizar gráficos, exportar tabelas e realizar o download do arquivo em formato público.
- g. Atender Resolução Normativa nº 871, indicadores DRP/DRC e informações referentes à qualidade de energia conforme regulamentação ANEEL.

6. Servidor

- a. A proponente deve possuir a plataforma em formato Web, com servidor próprio em nuvem. Não deverá ser instalado nenhum servidor físico da COCEL.
- b. A plataforma deve ser acessada através da internet em um "browser" de mercado.

7. API de integração

- a. É indispensável que o sistema de medição possua integração com os sistemas USEALL (E2COM, E2COD) e caso seja necessário fazer qualquer alteração no sistema para que a solução atenda todos os requisitos conforme especificados, deverá ser executado sem custos adicionais.
- b. Os dados coletados do medidor de energia/qualidade, com objetivo de faturamento e apuração de medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL, deverão ser exportado automaticamente para os sistemas USEALL.
- c. O sistema de medição deverá ser integrado ao sistema USEALL, sem custos adicionais, de modo que seja possível executar comandos de corte/religa de UCs diretamente do software (E2COM_USEALL).

8. Especificação das telemetrias

- a. Condições de Serviço
 - i. Os equipamentos abrangidos por esta especificação deverão ser adequados para operar com temperatura ambiente de 10°C até 70°C e umidade relativa de 0% até 95% sem condensação e protegidos contra a penetração de poeira.
- b. Assistência Técnica
 - i. O proponente deverá fornecer durante um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de entrega, qualquer peça cuja substituição venha a ser

necessária.

c. Link de dados:

i. A contratada deverá fornecer chip de dados para transmissão de dados com capacidade de 20Mb/mês, com planos de dados adquiridos pela própria CONTRADA para o primeiro 12 meses de implantação do sistema de medição, com possibilidade de renovação para os anos seguintes.

ii. A fornecimento do plano de dados mensal e o restante do sistema, deverá ocorrer através de contrato distintos de modo que em um futuro próximo a COCEL poderá optar por cancelar o plano de dados e manter apenas o faturamento mensal do sistema.

d. Leitura e transmissão de dados de medição de consumidores de energia elétrica para a COCEL por meio de tecnologia de telefonia móvel GPRS quadriband (GPRS, 2G, 3G, 4G), ethernet, Satélite ou WiFi.

e. As telemetrias serão instaladas no interior das caixas de medição. Deverá comunicar-se com medidores eletrônicos compatíveis com as normas ABNT NBR: 14519, 14520, 14521, 14522 e DLMS/COSEM, inclusive realizando leitura na saída serial do usuário.

f. As telemetrias na versão Ethernet, Satélite ou WiFi devem permitir a programação do seu endereço IP.

g. As telemetrias deverão permitir a execução de leituras de Verificação, Recuperação, Toda a Memória de Massa e Página Fiscal, levando em consideração o alto time out de comunicação nas aplicações em rede (GPRS, 2G, 3G e/ou 4G).

h. As telemetrias devem possibilitar comandos especiais para diagnosticar a comunicação entre a telemetria e o servidor de comunicação.

i. As telemetrias, além de possuírem numeração de série gravada externamente à mesma, deverão ser fornecidas com este número gravado em sua memória interna, de forma que possibilite a leitura do mesmo através do sistema de telemedição.

j. Deverá possibilitar a atualização do software das telemetrias à distância, permitindo evolução das funcionalidades.

k. Deverá possibilitar a configuração das telemetrias à distância, permitindo alteração de parâmetros de conexão.

9. Características Técnicas da telemetria:

Os equipamentos de telemetria a serem instalados nas UCs deverão atender os requisitos para comunicação através dos protocolos NBR 14522 e DLMS/COSEM, deve possuir indicadores luminosos através de LED's para indicar: equipamento

ligado, comunicação entre medidor e telemetria, processo de leitura, comunicação entre a telemetria e o Servidor, telemetria estiver conectada.

- a. Para consumidores do grupo A e B, a Telemetria deverá comunicar via Quadriband (GPRS, 2G, 3G e/ou 4G), a CONTRATADA deverá fornecer um KIT completo "plug and play", de modo que não seja necessário realizar nenhuma configuração em campo, apenas realizar a instalação junto ao medidor, o kit deverá conter todos os equipamentos necessários para "fechar" a comunicação entre o medidor e servidor, além das mínimas características relacionadas a seguir:

- i. Tomada (perfeitamente instalada em trilho Din);
- ii. Alimentação auto-ajustável, operando normalmente na faixa de tensão de 100 a 240VAC;
- iii. Cabo com conector óptico com posicionamento magnético, compatível com a norma NBR 14519, conector DB9 fêmea para conexão com a telemetria, cabo com extensão de 1,0 m;
- iv. A antena:
 1. Tipo externa telefonia móvel Quadriband;
 2. O modem deverá apresentar indicação de nível de sinal de celular.
 3. Compatível com as frequências 800, 900, 1800 e 1900 Mhz; Ganho de 5 dBi;
 4. Cabo RGC-174 – 50 ohms, com comprimento mínimo de 2m;
 5. Conector compatível com o conector da telemetria (TNC, SMA ou equivalente);
 6. Haste com 10 cm;
 7. Base magnética;
- v. Deverá possibilitar a leitura remota de informações como: ID do sim card, nível de sinal da operadora, operadora atual e versão do equipamento.

- b. Para consumidores do "Mercado Livre", a CONTRATA deverá fornecer todos os equipamentos, remotas, mão de obra, acessórios, parametrização necessárias para "fechar" a comunicação entre o medidor e o sistema de medição de modo que atenda todos os requisitos da CCEE:

- i. UCs do mercado livre com comunicação via ETHERNET do consumidor:
 1. 3 UCs + 1 Medição/Fronteira;
 2. Necessário reconfigurar equipamentos e integrar ao Sistema.
- ii. UCs do mercado livre com comunicação via Quadriband:
 1. 3 UCs + 7 Medição/Fronteira;
 2. Instalar KIT de comunicação via Quadriband.

iii. UCs do mercado livre com comunicação via Fibra Ótica até a COCEL:

1. 10 Unidades Consumidoras;
2. Necessário reconfigurar equipamentos e integrar ao Sistema.

10.GARANTIA DE EQUIPAMENTOS

- i. Os equipamentos deverão ser garantidos pelo fornecedor contra falhas ou defeitos de funcionamento que venham a ocorrer no período mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega quando a inspeção for feita em fábrica ou a partir da liberação definitiva do material. A taxa de falhas máxima admissível para os equipamentos é de 5% ao ano. Caso a meta de taxa de falhas estabelecida não seja atingida no durante a garantia, a garantia inicial será automaticamente prorrogada por períodos adicionais sucessivos de 06 (seis) meses até que a meta de taxa de falhas estabelecida seja atingida com limite máximo de cinco anos.
- ii. A formalização da extensão da garantia será feita mediante a apresentação dos equipamentos defeituosos. Não serão considerados para efeito de cálculo da taxa de falhas os casos onde se comprovem erros de ligação, manuseio inadequado, atos de vandalismo, descargas atmosféricas e falta de cobertura de operadora de celular no local de instalação. No decurso do prazo de garantia o fornecedor se compromete a reparar todos os defeitos de fabricação que venham a ocorrer e, se necessário, a substituir os equipamentos defeituosos, às suas expensas, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes, sejam de material, de mão-de-obra ou de transporte.
- iii. Se a falha constatada for oriunda de erro de projeto ou de produção, tal que comprometa todas as unidades do lote, o fornecedor deverá substituí-las a qualquer tempo, independentemente da ocorrência de defeito em cada uma delas e independentemente dos prazos de garantia.

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

(Empresa), pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº, localizada na Rua, no Município de, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 040/2021**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20____.

(assinatura da proponente)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, com os documentos de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.10.

"8.10 Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO III)**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, com os documentos para credenciamento."

ANEXO IV
PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 040/2021**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) _____

(nome e cargo do representante legal)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, com os documentos de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.6., II.

"item 8.6. II - Se representante legal, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa."

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, com os documentos de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.8.

OBS: "item 8.8 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo."

ANEXO VI

PROPOSTA

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref.: LICITAÇÃO N.º 040/2021

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta para **fornecimento de sistema de medição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, "planos" para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A, B e MERCADO LIVRE para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme REN 871/2020 ANEEL.**, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I e II, do **Edital de Licitação n.º 040/2021**, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que o local de entrega é na Rua Rui Barbosa, n.º 520 - SEDE da COCEL, c/descarga, sendo frete CIF;
3. que a garantia prestada será de acordo com o Anexo II do edital;
4. que o prazo de entrega é de até **90 (noventa) dias** conforme solicitação dos equipamentos pela COCEL, a contar da data especificada no Contrato;
5. que as remotas serão disponibilizadas e ativadas de forma parcial, conforme quantidade de equipamentos solicitados pela COCEL, a contar da data especificada no Contrato.
6. que o pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será realizado em seis parcelas, proporcional a quantidade de remotas adquiridas e ativadas, a serem pagas no prazo de **05 (cinco) dias úteis da data da ativação e apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL**;
7. O pagamento pelo Suporte Técnico, Operação, manutenção e atualização do sistema será realizado mensalmente, a cada **30 (trinta) dias, da data da apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL** e proporcional à quantidade de remotas ativas.

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



8. que concordamos em firmar o contrato para fornecimento do(s) objeto(s) relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;

9. que o preço ofertado é de:

ITEM 1 – Fornecimento de Sistema de Telemedição - Implantação

Objeto	Descrição - Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Sistema de Telemedição (Módulo MDC – Módulo MDM)	Licença MDC – Meter Data Collection (Consumidores Grupo A - Consumidores livres - Consumidores Grupo B)	1	R\$	R\$
	Licença MDM – Meter Data Management (Consumidores Grupo A - Consumidores livres - Consumidores Grupo B)	1	R\$	R\$
	Implantação, Homologação, Treinamento, Serviços de Customização das interfaces de telegestão e medição, serviços de migração de dados históricos, Comissionamento, Treinamento, Frete.	1	R\$	R\$
Hardware – Kit de instalação em campo (GRUPO A e B)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada; - Fonte de alimentação; - Fio de ligação; - Terminais para ligação; - Antena; - Cabo óptico; - Etiqueta identificando os equipamentos; - Configurações de fábrica para conexão; - Modem de comunicação (GPRS/3G/4G/Satelital/Ethernet). 	395	R\$	R\$
Hardware – Kit de instalação em campo	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada; - Fonte de alimentação; - Fio de ligação; - Terminais para ligação; - Antena; 	25	R\$	R\$

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



(GRUPO MERCADO LIVRE)	- Cabo óptico; - Etiqueta identificando os equipamentos; - Configurações de fábrica para conexão.			
TOTAL ITEM 1				R\$

ITEM 2 – SUPORTE TÉCNICO MENSAL

Objeto	Descrição - Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Suporte Técnico – Operação e Manutenção e Atualização do sistema (MENSAL)	MDC – Meter Data Collection	1	R\$	R\$
	MDM – Meter Data Management	1	R\$	R\$
	Consumidores Grupo A	195	R\$	R\$
	Consumidores livres	25	R\$	R\$
	Consumidores Grupo B	200	R\$	R\$
	Comunicação	395	R\$	R\$
TOTAL ITEM 2				R\$

VALOR DA PROPOSTA COMERCIAL

TOTAL ITENS 1 + 2	R\$
--------------------------	------------

10. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;

11. declaramos ainda que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos (ICMS, SUBST., IPI E OUTROS) sujeitos em decorrência da presente Proposta;

12. declaramos que entregaremos os itens em sua totalidade referenciada, salvo autorização expressa da contratante, bem como identificaremos em sua área externa o “**CÓDIGO COCEL**” do item.

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
 R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



13. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

Assinatura do proponente

(Representante Legal da Empresa ou Procurador)

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor: Razão

Social: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

Email: _____

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

Email: _____

ANEXO VII**MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO ESTATAL N.º/2021**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SISTEMA DE
TELEMEDIÇÃO, SUPORTE TÉCNICO QUE ENTRE
SI CELEBRAM A COMPANHIA
CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E
.....**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, sediada na Rua, no Município de, Estado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, neste ato representada, pelo Sr., portador do RG nº, inscrito no CPF/MF sob o n.º....., ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato o fornecimento pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de sistema de telemedição, para comunicação, supervisão, parametrização, coleta e processamento de dados; fornecimento de Estruturas, hardware, software, aplicativos, "planos" para transmissão de dados via internet (GPRS, 3G, 4G, ETHERNET ou SATÉLITE) para medição e supervisão à distância que possibilita receber leituras e enviar comandos aos medidores eletrônicos aplicados aos consumidores do Grupo A, B e MERCADO LIVRE para faturamento e medição permanente dos índices de qualidade de energia (DRP / DRC) conforme **REN 871/2020 ANEEL** de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I e II.

1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 040/2021** e da Proposta Comercial de ____/____/2021.

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - Edital de Licitação n.º 040/2021, de 06/07/2021 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: LOCAL DE ENTREGA

3.1 - Os bens descritos no Anexo I e II do Edital deverão ser entregues em nossa **sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, n.º 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 7:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, com descarga, sendo frete CIF, conforme solicitação da COCEL, no prazo definido na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1 - O valor para fornecimento do Sistema de Telemedição (Módulos MDC e MDM) é estimado em **R\$ (....)**, vinculada a proposta comercial apresentada.

Objeto	Descrição - Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Sistema de Telemedição (Módulo MDC – Módulo MDM)	Licença MDC – Meter Data Collection (Consumidores Grupo A - Consumidores livres - Consumidores Grupo B)	1	R\$	R\$
	Licença MDM – Meter Data Management (Consumidores Grupo A - Consumidores livres - Consumidores Grupo B)	1	R\$	R\$
	Implantação, Homologação, Treinamento, Serviços de Customização das interfaces de telegestão e medição, serviços de migração de dados históricos, Comissionamento, Treinamento, Frete.	1	R\$	R\$
	- Tomada; - Fonte de alimentação; - Fio de ligação;			

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Hardware – Kit de instalação em campo (GRUPO A e B)	- Terminais para ligação; - Antena; - Cabo óptico; - Etiqueta identificando os equipamentos; - Configurações de fábrica para conexão; - Modem de comunicação (GPRS/3G/4G/Satelital/Ethernet).	395	R\$	R\$
Hardware – Kit de instalação em campo (GRUPO MERCADO LIVRE)	- Tomada; - Fonte de alimentação; - Fio de ligação; - Terminais para ligação; - Antena; - Cabo óptico; - Etiqueta identificando os equipamentos; - Configurações de fábrica para conexão.	25	R\$	R\$

4.2 - O valor para prestação de serviços de Suporte Técnico, Operação, manutenção e atualização do sistema é estimado em **R\$ (....)** por remota instalada e ativa mensal.

Objeto	Descrição - Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Suporte Técnico – Operação e Manutenção e Atualização do sistema (MENSAL)	MDC – Meter Data Collection	1	R\$	R\$
	MDM – Meter Data Management	1	R\$	R\$
	Consumidores Grupo A	195	R\$	R\$
	Consumidores livres	25	R\$	R\$
	Consumidores Grupo B	200	R\$	R\$
	Comunicação	395	R\$	R\$

4.3 - É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada necessária para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas

despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

4.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

4.5 - A execução das atividades inicia-se na data de assinatura do contrato, 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - A **CONTRATADA** deverá entregar e ativar os itens, objeto da presente licitação, **no prazo de até 90 (noventa) dias** conforme solicitação dos equipamentos pela COCEL, a contar da data especificada no presente instrumento.

Grupos	Quantidade	Prazo de Entrega
Remotas e licença para consumidores Grupo A	195	30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores livres	15	60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores Grupo B	100	60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores livres	10	90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato
Remotas e licença para consumidores Grupo B	100	90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato

5.2 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será realizado em seis parcelas, proporcional a quantidade de remotas adquiridas e ativadas, a serem pagas no prazo de **05 (cinco) dias úteis da data da ativação e apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL**.

5.3 - O pagamento pelo Suporte Técnico, Operação, manutenção e atualização do sistema será realizado mensalmente, a cada **30 (trinta) dias, da data da apresentação da nota fiscal/fatura na sede da COCEL** e proporcional à quantidade de remotas ativas.

5.4 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na **CLÁUSULA NONA**.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

6.1.1 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as especificações técnicas fornecidas

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro.

6.1.2 - Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, devendo, ainda, conduzir os serviços e o seu pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da **CONTRATANTE** e de si própria.

6.1.3 - Transportar às suas expensas, seu pessoal necessário aos serviços.

6.1.4 - Apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

- a) Guia de recolhimento do FGTS;
- b) Guia de Recolhimento do INSS;
- c) Guia de recolhimento do ISS;

6.1.5 - Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6 - Prestar os serviços de acordo com as condições e obrigações constantes do Anexo I e II do Edital de Licitação.

6.1.7 - Substituir os equipamentos, por outros de idênticas características, que apresentarem quaisquer irregularidades, no prazo de 07 (sete) dias úteis;

6.1.8 - Emitir Nota(s) Fiscal(is)/fatura de acordo com O CONTRATO.

6.1.9 - Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do cumprimento do objeto deste Contrato.

6.1.10 - A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação que o originou.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

7.1.1 - Fornecer à **CONTRATADA** as informações e especificações necessárias à correta execução dos serviços.

7.1.2 - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços.

7.1.3 Inspeccionar os serviços executados.

7.1.4 Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste Contrato.

7.1.2 - Se o pagamento for feito com atraso por culpa da COCEL, este será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, limitada a 2%.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 - O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

8.2 - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA: PENALIDADES

9.1 – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

9.1.1 - Pela inexecução parcial do contrato, no prazo assinalado, importará na aplicação à **CONTRATADA** de multa diária na ordem de 0,2% sobre o valor dos serviços em atraso, limitada a 6% (seis por cento).

9.1.2 - De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

9.2 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.3 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 – Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

9.5 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7 - Na aplicação das penalidades, a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÕES

11.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 - A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

13.3 - Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

13.4 - O presente contrato não gera vínculo empregatício, de qualquer natureza, entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores e a **CONTRATANTE**, pois tem caráter de serviço autônomo prestado por tempo/prazo e condições determinadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções

neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 - Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

15.1 - As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$...... ()**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

15.2 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis.

Item orçamentário	Conta Contábil
21223	1232.3.03.10.000.2530

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: GESTOR DO CONTRATO

16.1 - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o Gerente da Divisão XXXXXX, Sr. XXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

17.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo - PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias de igual teor e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, de de 2021.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente

CONTRATADA

LICITAÇÃO n.º 040/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 2169-2121
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

GESTOR DO CONTRATO:

CPF: